

## **Chamada para apresentação nos Grupos de Trabalho do “VIII SEMINÁRIO DO INEAC: Políticas públicas, direitos e conflitos em tempos de pandemia”**

### **Orientações para submissão de trabalho**

A presente chamada tem por objetivo divulgar os Grupos de Trabalho e orientar o envio de propostas a serem apresentadas no referido seminário, que será realizado entre os dias 07 a 18 de junho de 2021:

1. Serão selecionados trabalhos frutos de reflexões teóricas e/ou resultados de pesquisas para apresentação nos Grupos de Trabalho (GTs), sob a forma de Comunicação Oral;
2. Poderão submeter propostas pesquisadores em qualquer nível de formação vinculados aos subprojetos do InEAC;
3. Os resumos deverão ser encaminhados aos e-mails dos coordenadores do respectivo GT **até o dia 09/05**;
4. As propostas devem seguir a seguinte estrutura:
  - Título: de até 200 caracteres, contabilizando os espaços;
  - Resumo: de até 2.500 caracteres, contabilizando os espaços;
  - Até três palavras-chave;
  - Os trabalhos completos para publicação nos anais do evento (opcional) deverão ser enviados para [8seminarioineac@gmail.com](mailto:8seminarioineac@gmail.com) até (18/06) e seguir o modelo em anexo. Cabe aos coordenadores do GT determinar o prazo para envio do Trabalho completo para serem discutidos no âmbito do GT;

### **GT 1**

#### **Percepções, representações e situações de violências no ambiente escolar e seu entorno social**

Nalayne Mendonça Pinto  
([nalaynempinto@gmail.com](mailto:nalaynempinto@gmail.com))

Haydée Caruso  
([haydeegcaruso@gmail.com](mailto:haydeegcaruso@gmail.com))

A escola é um espaço social composto por diferentes indivíduos e grupos que cotidianamente vivenciam uma dinâmica própria dentro dos seus muros. A pluralidade de atores, experiências e valores permite que situações de conflitos e divergências ocorram das mais diferentes formas; assim como a explicitação de preconceitos e intolerâncias. Com frequência, essas situações são narradas e vivenciadas por alunos, professores e gestores. Bourdieu foi atento para as formas de violências simbólicas que são praticadas dentro do espaço escolar, e como a reprodução dessas práticas são marcantes na manutenção das formas de dominação e exclusão social. A proposta desse grupo de trabalho é criar um espaço para

acolher estudos e pesquisas empíricas que analisam situações de conflitos, violências e intolerâncias que ocorrem tanto dentro do ambiente escolar como em seu entorno social, considerando que a escola não está isolada da dinâmica social que a cerca nem tampouco deixa de influenciar o contexto especial e social em que está inserida. Receberemos estudos etnográficos, relatos de experiências e pesquisas que narram e analisam esses conflitos e violências *na e da escola*; como também serão bem-vindos estudos que descrevam e interpretem as diferentes formas de administração, explicitação e mediação desses conflitos, considerando as interações entre os seus principais sujeitos sociais: os (as) alunos(as), os(as) professores(as) e os gestores(as).

## **GT 2**

### **Conflitos, mobilizações e ativismos: etnografias das interações e intervenções em políticas públicas em Direitos Humanos, Justiça e Segurança Pública**

Ana Paula Mendes de Miranda  
([anapaulamiranda@id.uff.br](mailto:anapaulamiranda@id.uff.br))

Maria Victoria Pita  
([mariapita@gmail.com](mailto:mariapita@gmail.com))

Bóris Maia  
([borismaias@gmail.com](mailto:borismaias@gmail.com))

Rosiane Rodrigues  
([rosiane.r72@gmail.com](mailto:rosiane.r72@gmail.com))

Este Grupo de Trabalho busca reunir pesquisas que analisam situações de conflitos, processos de mobilização e ativismo, bem como os modos administração de conflitos relacionados à demanda por direitos em diferentes contextos empíricos. O foco nas demandas de reconhecimento de direitos e a construção de arenas públicas revela dilemas e dificuldades dos modos de gestão das burocracias, com seus saberes e tecnologias de governo próprias. Pretende-se discutir como os descompassos entre as demandas por reconhecimento de direitos e as formas institucionais de administração de conflitos como reveladoras de dinâmicas de poder diferenciadas, conforme o público a que se destinam. Assim, pretendemos priorizar a apresentação de trabalhos que permitam problematizar as perspectivas homogêneas do Estado, nas suas atividades corriqueiras e extraordinárias, dando destaque aos seus efeitos na construção da cidadania nos diferentes contextos. Interessa também ao GT discutir pesquisas que analisem as múltiplas dimensões da administração pública no que se refere a formulação e implementação de políticas, os processos de formação de agentes estatais e políticos, as práticas do ativismo e da militância e as diversas intervenções que impactam na constituição de grupos e identidades sociais (gênero, étnico-racial, etc.) – sob uma perspectiva da tutela estatal em contraposição aos processos de autonomização social. Nos interessa analisar as burocracias estatais como uma expressão da “estatalidade” e seus efeitos na construção de identidades sociais e políticas.

## **GT 3**

### **Política e conflitos na cidade: espaços urbanos em disputa**

Marco Antonio da Silva Mello  
([mmellobr2@gmail.com](mailto:mmellobr2@gmail.com))

Neiva Vieira da Cunha  
([neivavieiradacunha@gmail.com](mailto:neivavieiradacunha@gmail.com))

Soraya Silveira Simões  
([sosimoes01@gmail.com](mailto:sosimoes01@gmail.com))

Buscando articular os três subprojetos representados pelos seus coordenadores, este GT pretende se constituir em um espaço de debate de pesquisas, concluídas ou em andamento, que tenham em comum a análise de processos de disputas e mobilizações coletivas no espaço urbano. Priorizando a perspectiva etnográfica e a ênfase nas margens da cidade (zonas estigmatizadas, ocupações, favelas, periferias, etc.), interessa-nos reunir trabalhos que abordem conflitos em torno da implementação de políticas públicas, da moradia popular, das práticas cotidianas de determinados grupos sociais, das diversas formas de ocupação e apropriação do espaço urbano, assim como trabalhos que foquem nos movimentos de resistências e na dimensão moral dos conflitos urbanos. A iniciativa deste GT expressa a interlocução exercida há vários anos entre os seus coordenadores – **todos pesquisadores também associados ao Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ)** – e busca, a partir das contribuições de todos os participantes dos subprojetos do InEAC, aprofundar as reflexões teóricas e metodológicas assentadas no campo dos estudos urbanos em diálogo com as diversas áreas da antropologia.

#### **GT 4**

#### **Antropologia, políticas públicas e direitos humanos**

Lucía Eilbaum (GEPADIM/UFF)  
([luciaeilbaum@yahoo.com.br](mailto:luciaeilbaum@yahoo.com.br))

Flavia Medeiros (GEPADIM/UFSC)  
([flaviamedeiros@gmail.com](mailto:flaviamedeiros@gmail.com))

Mirian Alves (GEPiR/UFF)  
([mirian.uff@gmail.com](mailto:mirian.uff@gmail.com))

#### **Debatedoras:**

Deborah Bronz (GEAM/UFF)  
Gisele Fonseca Chagas (NEOM/UFF)  
Letícia de Luna Freire (NUPEC/EDU-UERJ)

Esse GT busca articular uma discussão entre os grupos de pesquisa representados pelas pesquisadoras proponentes (como organizadoras e debatedoras) sobre a relação entre Antropologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos. Busca-se nessa linha incentivar o debate em torno do papel da antropologia e dos antropólogos nesses campos de discussão, bem como articular as pesquisas sobre políticas públicas em diversos âmbitos com a análise

da categoria de “direitos humanos” e as moralidades que a mesma evoca, provoca e/ou suscita em diferentes campos de intervenção social, acadêmica, política e jurídica.

A partir da apresentação de trabalhos eminentemente etnográficos, propomos debater sobre como a categoria “direitos humanos” se constrói, em diferentes contextos, como um campo de disputas e tensões, bem como discutir sobre os potenciais e limitações políticas dos seus usos através de diversas experiências de mobilização e de luta em campos e ordens diversos e na sua interseção com as dimensões de étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Assim, buscamos debater a categoria “direitos humanos”, não como um princípio abstrato e universal, mas a partir das modulações e dos efeitos que seu uso e apelo podem ter nas práticas sociais e políticas. Serão de especial interesse trabalhos que abordem a relação de políticas públicas e direitos humanos, em campos como violência institucional e demandas por justiça, reparação e memória; refúgio e migrações; mobilidade e habitação; educação e desigualdades urbanas; meio ambiente e povos tradicionais; burocracias e modos de governo; e desigualdades de gênero.

A iniciativa do GT é resultado da articulação das experiências das proponentes e de seus grupos de pesquisa em campos empíricos diversos, mas que tem suscitado, através de encontros, conversas e projetos de pesquisa em comum, discussões teóricas, metodológicas e éticas comuns. Buscamos assim aprofundar essas discussões e incentivar o diálogo entre os grupos de pesquisa e seus integrantes, em diversos estágios de formação.

## **GT 5**

### **Dinâmicas, Fluxos e Representações do crime e da Justiça Penal**

Jacqueline Sinhoretto (UFSCar)  
([jacsinhoretto@gmail.com](mailto:jacsinhoretto@gmail.com))

Kátia Sento Sé Mello (UFRJ)  
([ksemello@gmail.com](mailto:ksemello@gmail.com))

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUCRS)  
([rga\\_2006@hotmail.com](mailto:rga_2006@hotmail.com))

Este grupo de trabalho pretende reunir pesquisas empíricas nacionais e internacionais de produções acadêmicas que abordem institucionalidades, práticas, atores sociais e dimensões do controle do crime, justiça criminal e seletividade penal. Interessam trabalhos que se relacionem com todo o fluxo da justiça penal, desde a abordagem policial, modelos e padrões de policiamento, investigação criminal, processo judicial e execução penal. No que diz respeito ao sistema prisional, serão aceitos trabalhos que discutam as dinâmicas prisionais, como as que se relacionam com o fenômeno contemporâneo da criminalização do tráfico de drogas, conflitos de circulação de riqueza e sua relação com o encarceramento em massa. Serão acolhidos trabalhos que abordem as instituições e os atores da Justiça Penal a partir da interpretação de práticas e concepções gerencialistas/punitivistas/garantistas nas diferentes etapas do controle do crime, incluindo o uso, legitimação e controle de práticas de violência institucional. Além disso, serão aceitos trabalhos que tratem das narrativas morais a respeito dos infratores, perfil sociodemográfico dos sujeitos encarcerados, marcadores sociais de gênero, raça, classe social na seletividade penal. As formas de gestão dos policiamentos e da prisão são aspectos que revelam tipos de controle social e lógicas de administração de conflitos que permitem uma análise compreensiva da natureza dos modelos de controle social

nas sociedades estudadas. Também serão acolhidos trabalhos que tratem de inovações e narrativas contra hegemônicas no âmbito da justiça penal, como as audiências de custódia e as alternativas penais.

**Palavras-chave:** abordagem policial, alternativas penais, encarceramento, fluxos da justiça, investigação criminal, representações sociais da punição,.

## GT6

### Conflitos, regulação e letramentos digitais no contexto de pandemia

Laura Graziela Gomes  
([lauragraziela@gmail.com](mailto:lauragraziela@gmail.com))

Thaiane Oliveira  
([thaianeoliveira@id.uff.br](mailto:thaianeoliveira@id.uff.br))

A pandemia afetou diretamente as relações no ambiente digital, especialmente nas práticas profissionais e educacionais. Por um lado, a sociedade brasileira tornou-se cada vez mais dependente de grandes infraestruturas tecnológicas das *Big Techs* (Silva, 2020). De outro, esta dependência reforçou a precarização e cortes estatais feitos às iniciativas não-comerciais provedoras de tecnologias abertas. Foi neste contexto que acordos governamentais com grandes provedores de tecnologia passaram a se tornar uma prática naturalizada nas escolas, universidades públicas e institutos de pesquisa do país, sem qualquer discussão prévia sobre questões estruturais e culturais, como a desigualdade histórica de letramento e o abismo sobre a exclusão digital no país. Por outro lado, a Pandemia de Covid-19, além de um problema de saúde pública local e global, foi também bastante impactada pela crise política e institucional brasileira, com um governo que, aproveitando-se da situação, incorporou a desinformação contra as medidas e recomendações sanitárias como parte do jogo político de crescente polarização instaurada no país. A propagação da desinformação e de discursos de ódio proferidos pelas próprias lideranças políticas do país tornou-se comuns na esfera pública digital através da facilitação de circulação de conteúdos negacionistas de evidências científicas, contestação de resultados de investigações em ciência no país e a deslegitimação de autoridades institucionais epistêmicas, ao mesmo tempo em que a reação ou mesmo o enfrentamento às medidas negacionistas tornaram-se objeto de censura e judicialização (Oliveira, 2020). Diante da profusão de discursos de ódio, racismo, homofobia, xenofobia, misoginia e etc nos ambientes digitais, muitos desses protagonistas do ódio apostaram no maior “controle” das plataformas digitais para negar o pouco direito e acesso livre à informação, comprometendo a ordem informacional e política no país (Silveira, 2020; 2019). Neste sentido, o presente GT tem interesse em discutir práticas e usos da/na rede e as disputas que provocam, mas refletir também sobre o controle e autonomia crescente das *Big Tech*, bem como a forma de tratarem disputas que não lhes interessam, como ausência de mais controle e não da necessidade imperiosa de regulação da rede, sob a justificativa de que representam a liberdade de expressão e a garantia dos direitos individuais. Assim sendo, o interesse é receber trabalhos que ao investigarem disputas na internet, abordem também as formas de instrumentalização e cooptação discursiva para viabilizar a rede de acordo com valores estritamente liberais (sob a égide das *Big Tech*), além de trabalhos que pretendam refletir também sobre a regulação da internet junto com a retomada de investimentos nacionais para a reconstrução das infraestruturas públicas e gratuitas no aparelho administrativo estatal, especialmente nas universidades e escolas.

Palavras-chave: Plataformas digitais, regulação, desinformação.

## **GT 7**

### **Pesquisa Empírica em Direito em Diálogo com a Antropologia: Práticas e Saberes**

Bárbara Gomes Lupetti Baptista (UFF, PPGD-UVA)  
([blupetti@globocom](mailto:blupetti@globocom))

Michel Lobo Toledo Lima (PPGD-UVA)  
([michell\\_lobo@hotmail.com](mailto:michell_lobo@hotmail.com))

Estaremos recepcionando no presente grupo de trabalho pesquisas qualitativas e, em especial, trabalhos etnográficos, que coloquem sob descrição e analisem o funcionamento das instituições do sistema de justiça, brasileiro ou estrangeiro, inclusive em perspectiva comparada por contrastes, partindo do ponto de vista de que o direito, nas sociedades contemporâneas, não está restrito ao campo normativo, podendo ser tomado como um objeto empírico, possível de ser analisado enquanto um instrumento de poder que se revela em pelo menos duas dimensões: (1) o plano das práticas e/ou rituais próprios do campo jurídico; (2) e o plano das estruturas discursivas, que dão sentido às representações e orientam as condutas dos atores que operam o campo. Também interessa discutir problemas específicos de pesquisa antropológica aplicada ao campo do Direito, tais como: métodos de pesquisa, formas de delimitação do objeto de pesquisa, ingresso em campo e, especialmente, possibilitar diálogos sobre percepções e abordagens sobre os percursos das pesquisas e o lugar do pesquisador, além da compreensão do ponto de vista dos interlocutores do trabalho de campo, os sentidos que atribuem às suas práticas, os dilemas éticos, morais e os dramas inerentes à metodologia das pesquisas empíricas. A reflexão sobre os obstáculos, os desafios e os ganhos que a possibilidade de articulação entre Direito e Antropologia possibilita terão destaque neste GT, assim como há oportunidade para a apreciação de outros debates, tais como aqueles sobre a desigualdade jurídica; a cidadania brasileira; as práticas formais e informais do sistema de justiça; acesso a direitos e à justiça; rotinas burocráticas das instituições judiciais; e as formas judiciais e/ou extrajudiciais de administração institucional, ou não, de conflitos. A proposta do presente grupo de trabalho é destacar os desafios, a relevância, e as possibilidades de realizar pesquisa empírica no campo do Direito, dialogando o fazer antropológico e o fazer jurídico. O pano de fundo que estrutura este GT parte, portanto, do pressuposto de que um exame mais acurado das contradições, dilemas e paradoxos examinados entre os discursos normativos e as práticas judiciais possibilita compreender melhor o campo do Direito Brasileiro. Por fim, vale destacar que esse GT é fruto de cooperação entre dois subprojectos do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC): Processo, Igualdade e Administração de Conflitos em Perspectiva Comparada e Processos de Administração Institucional de Conflitos em Perspectiva Comparada.

**Palavras-chave:** Fazer jurídico. Fazer antropológico. Antropologia do Direito. Empíria.

## **GT8**

### **Direitos, Diversidade e Desenvolvimento: novos e velhos conflitos**

Daniel Simião (UnB e InEAC)  
([daniel.schroeter.simiao@gmail.com](mailto:daniel.schroeter.simiao@gmail.com))

Fabio Reis Mota (UFF e InEAC)  
([reismota@gmail.com](mailto:reismota@gmail.com))

José Colaço(UFF e InEAC)  
([zenettobr@yahoo.com.br](mailto:zenettobr@yahoo.com.br))

Ronaldo Lobão (UFF e InEAC)  
([ronaldolobao@yahoo.com.br](mailto:ronaldolobao@yahoo.com.br))

Face importante da visibilização do discurso conservador e mesmo reacionário no século XXI se dá pelo ataque a políticas de acesso diferenciado a direitos. Se nas últimas décadas do século XX observamos a legitimação de agendas em favor da diversidade de formas de organização social, econômica, cultural e política, ainda que enquadradas por modelos gerais de desenvolvimento bastante restritos, temos agora uma crescente legitimação pública de discursos que desqualificam tal agenda.

Esse GT acolhe propostas que dialoguem com essa problemática, lançando luz sobre os conflitos entre formas locais de organização social e modelos de desenvolvimento. Acolhem-se propostas que abordem essa temática sob variados ângulos, em especial: políticas de reconhecimento no universo jurídico e político; novas normatividades; conflitos socioambientais envolvendo povos e comunidades puações tradicionais; mobilizações coletivas que tomam seus diacríticos culturais como base de suas lutas políticas; e novas formas econômicas.

O Grupo de trabalho se desenvolverá em sessões nas quais os trabalhos serão apresentados e debatidos individualmente em cada dia e, ao final, haverá uma sessão ampliada consagrada para a análise conjunta e coletiva sobre o estado da arte dos trabalhos apresentados no formato de uma conversa coletiva.

## **GT9**

**Rituais de audiência e outros usos do processo judiciário: categorias, classificações, fazeres e processos.**

Pedro Heitor Barros Geraldo  
([pedroheitorbg@yahoo.com.br](mailto:pedroheitorbg@yahoo.com.br))

Frederico Policarpo  
([fredericopolicarpo@yahoo.com.br](mailto:fredericopolicarpo@yahoo.com.br))

Izabel Nuñez  
([izabelsn@gmail.com](mailto:izabelsn@gmail.com))

Carlos Victor Nascimento  
([carlosvictor.cvnds@gmail.com](mailto:carlosvictor.cvnds@gmail.com))

O presente grupo de trabalho pretende reunir trabalhos que se empenhem nas descrições de situações de audiência e outras formas de interação no contexto judicial e como os instrumentos jurídicos, especificamente por meio do processo, são usados para dar forma às decisões. Embora o processo seja central como categoria dos operadores do direito, este instrumento jurídico não limita as práticas decisórias, uma vez que é visto como o organizador dos registros para o juiz; mas não necessariamente do ritual. Afinal, a audiência é uma etapa do processo e não o momento ritual da justiça perante a sociedade. Em nossa cultura jurídica, a justiça não se performa perante o escrutínio da sociedade, já que os atos judiciais ocorrem em salas como gabinetes reservados em cada uma das varas para seus respectivos juizes responsáveis. O objetivo do GT é discutir como estas características se relacionam com a produção das decisões e as regras processuais. Mas também como o processo é um repositório de registros reservado e de propriedade do juiz, em que o início pode ser sempre recontado até a decisão final. Esta forma jurídica não limita o conteúdo dos registros, que são limitados somente pelo juiz. O grupo busca abranger trabalhos que tratem das interações nestes contextos de audiência, como o interrogatório, instrução e julgamento de casos envolvendo a lei de drogas, lei Maria da Penha, o tribunal do júri, as audiências nos tribunais, disputas trabalhistas dentre outros.

## **GT10**

### **Etnografias, conflitos e indisciplinas variadas.**

Lenin dos Santos Pires (UFF e InEAC)  
([leninpires@id.uff.br](mailto:leninpires@id.uff.br))

Ronaldo Lobão (UFF e InEAC)  
([ronaldolobao@yahoo.com.br](mailto:ronaldolobao@yahoo.com.br))

Mariano Perelman (UBA)  
([mdperelman@gmail.com](mailto:mdperelman@gmail.com))

O presente grupo de trabalho propõe a recepção de trabalhos etnográficos que coloquem em perspectiva o desafio da análise de objetos de pesquisa a partir de abordagens teóricas e metodológicas interdisciplinares. O objetivo será promover um debate amplo sobre os rendimentos de tais experiências, em *locus* de pesquisas particulares convencionalmente denominado de “campo”, ou “campo etnográfico”, bem como as suas limitações, dificuldades, possibilidades, estratégias narrativas, uso de dados qualitativos /quantitativos, uso de entrevistas, formas de interação/interlocação e disputas inerentes a tais processos. Levando em consideração que o refinamento teórico da disciplina antropológica se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. Especialmente no tocante às dificuldades de interlocação entre perspectivas disciplinares mais ou menos dogmáticas, normativas ou de relativização restrita a um determinado campo de saber. Serão recepcionados também pesquisas que privilegiem recortar questões que abordem temas no chamado Sul Global, envolvendo não apenas regiões consideradas em desenvolvimento, mas fundamentalmente grupos humanos ou segmentos sociais que caibam nesta classificação, particularmente quando alvos de discriminação estética, política ou jurídica. A meta será colocar em contato

pesquisadores de diferentes regiões, em distintos momentos de suas trajetórias acadêmicas, visando estimular interlocuções duradouras que redundem em colaborações contínuas e produções acadêmicas variadas.

Palavras chave: Etnografia; metodologia; interdisciplinaridade; Sul Global.

## ANEXO

### MODELO DE TRABALHO COMPLETO

Grupo de discussão sobre a polícia do Rio de Janeiro (10)

#### Os desafios na construção de normas para resumos (Fonte 14)

Nome e sobrenome do autor1(Fonte 11)  
Maior titulação  
*(Em Itálico) E-mail*

Nome e sobrenome do autor2  
Maior titulação  
*(Em Itálico) E-mail*

Nome e sobrenome do autor3  
Maior titulação  
*(Em Itálico) E-mail*

#### **RESUMO (TEXTO EM TIMES NEW ROMAN, FONTE 12, ESPAÇAMENTO SIMPLES, JUSTIFICADO)**

Os trabalhos completos deverão ser remetidos, em texto padrão Word, contendo entre 10 a 30 páginas numeradas, em letra Times New Roman com título em caixa alta e negrito (TNR 14), seguido de resumo de 10 linhas em português, de 3 a 5 palavras-chave, em TNR 11, espaço simples, seguido do texto do artigo em TNR 12, espaço 1,5 - citações em TNR 11, espaço simples e recuo de 4cm -, sistema autor-data para as referências (ABNT).

Folha A4 com margens superior e esquerda 3cm, inferior e direita 2cm;

**Palavras-chave:** Resumo. Artigo. Texto (de 3 a 5 palavras)

#### **1. INTRODUÇÃO (CAIXA ALTA, TNR 14, negrito)**

Deve constar a delimitação do assunto tratado, objetivos da pesquisa, metodologia e demais elementos necessários para situar o tema. Os trabalhos completos deverão ser remetidos, em texto padrão Word, contendo entre 10 a 30 páginas numeradas

#### **2. DESENVOLVIMENTO (POR EXEMPLO: CRESCIMENTO URBANO NA ÁREA METROPOLITANA DA CIDADE TAL) (TNR 14, ESPAÇO 1,5, JUSTIFICADO)**

Parte principal, contém a exposição ordenada e pormenorizada do assuntos, divide-se

em seções e subseções. Varia em função da abordagem do tema e método. Apresenta o desenvolvimento teórico do trabalho. Apresenta o conflito específico que se quer tratar, estabelece um recorte no tema.

### **2.1 Subtítulos (TNR 12, negrito)**

O uso de subtítulos é opcional.

Para as citações com mais três linhas, deve-se fazer um recuo de 4,0 cm na margem esquerda, diminuindo a fonte e sem as aspas.

Exemplo de citação: (citações em TNR 11, espaço simples e recuo de 4cm)

Devemos ser claros quanto ao fato de que toda conduta eticamente apropriada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamentalmente e irreconciliavelmente diferentes: a conduta pode ser orientada para uma "ética das últimas finalidades", ou para uma "ética da responsabilidade". Isso não é dizer que uma ética das últimas finalidades seja idêntica à irresponsabilidade, ou que a ética de responsabilidade seja idêntica ao oportunismo sem princípios (WEBER, 1982, p.144).

## **3. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS (CAIXA ALTA, TNR 14, negrito)**

Aqui se apresentam as conclusões ou, se a questão não se considera resolvida, as considerações que foram possíveis extrair da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS (CAIXA ALTA, TNR 14, negrito)**

As referências em formato e padrão ABNT devem estar organizadas em ordem alfabética independente do tipo de trabalho referenciado e em caso de mesmo autor, em ordem cronológica.

